



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | DOSSIÊ

Curricular com os cotidianos escolares: poetizar uma vida, não sucumbir ao fascismo

Curricular with school daily life: poeticizing a life, not succumbing to
fascism

*Curricular con el cotidiano escolar: poetizar una vida, no sucumbir
al fascismo*

Marina de Oliveira Delmondes
Carlos Eduardo Ferraço

RESUMO

Este texto é fruto da pesquisa de doutorado, cujo objetivo foi pensar os múltiplos currículos praticados-inventados *com* os cotidianos escolares. Busca-se pensar na potência das pesquisas *com* os cotidianos e problematizar os processos constitutivos do negogoverno em interface com o campo da educação. Conclui-se que para não sucumbir novamente ao fascismo é necessário estar à espreita dos acontecimentos cotidianos, tecer uma vida-educação coletiva *com* as escolas e praticar certa dose de desobediência para afirmar a potência da diferença.

Palavras-chave: currículos; pesquisa *com* os cotidianos; filosofia da diferença.

ABSTRACT

This text is the outcome of a doctoral research project aimed at exploring the various curricula practices and inventions within everyday school life. The aim is to reflect on the potential of researching everyday life and to scrutinize the constitutive processes of the negogovernment in connection with the field of education. The conclusion emphasizes that in order to avoid succumbing once again to fascism, it is crucial to remain vigilant about everyday events, weave a collective life-education with schools, and engage in a certain degree of disobedience to assert the power of difference.

Keywords: curricula; everyday life research; philosophy of difference.

RESUMEN

Este texto es el resultado de una investigación de doctorado cuyo objetivo fue reflexionar sobre los múltiples currículos prácticos e inventados en relación con la vida cotidiana en las escuelas. Se busca contemplar el potencial de las investigaciones sobre la vida

cotidiana y problematizar los procesos constitutivos del necrogobierno en relación con el campo de la educación. Se concluye que, para no sucumbir nuevamente al fascismo, es necesario estar atentos a los acontecimientos cotidianos, tejer una vida-educación colectiva con las escuelas y practicar cierta dosis de desobediencia para afirmar el poder de la diferencia.

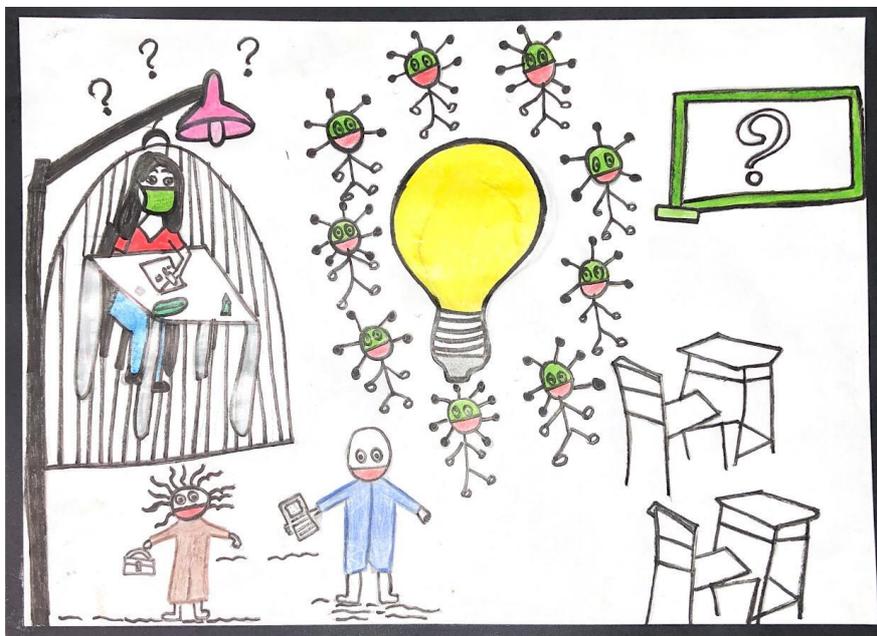
Palabras-clave: currículos; investigación de la vida cotidiana; filosofía de la diferencia.

Notas iniciais

Este texto apresenta os resultados da pesquisa de doutorado¹ que ocorreu durante o período de 2019 e 2022, dentro do âmbito da Rede Municipal da Educação de Guarapari-ES. O objetivo central desse estudo foi problematizar os múltiplos currículos praticados e inventados *com* os cotidianos das escolas.

O estudo foi atravessado por dois acontecimentos de grande relevância e impacto para o campo da pesquisa em educação: a eclosão da pandemia de coronavírus e a administração caracterizada pelo governo Bolsonaro, na qual chamamos de *necrogoverno*.

Imagem 1: Educação e pandemia de COVID-19



Fonte: Arquivo da pesquisa.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ao longo de um período de três anos, a pandemia de COVID-19 teve um impacto global significativo, o que acarretou na implementação de medidas de distanciamento social, isolamento, adoção de uso de máscaras e álcool em gel e no consequente fechamento dos espaços escolares. No contexto educacional

Tivemos a rotina fortemente afetada. Essa mudança repentina no início de 2020 obrigou os profissionais da educação a buscar novos caminhos, repensar e adaptar novas práticas de ensino e incluir, de forma mais incisiva, o uso de novas tecnologias como aliadas do processo de ensino e aprendizagem (NÓS-EM-NÓS, 2021).

Informamos que as narrativas apresentadas neste artigo foram escritas durante o processo de formação continuada, um dos meios de produção de dados, de aproximação com o objeto de estudo e de experimentação dos cotidianos escolares. Desde modo, todas as produções coletivas receberam a assinatura de NÓS-EM-NÓS.

O governo instaurado no Brasil de 2018 a 2022 é considerado, por nós, como *necrogoverno* devido a sua negligência, falta de responsabilidade e o descaso na gerência sanitária durante a pandemia. No âmbito da pesquisa, da ciência e da educação, as evidências do *necrogoverno* se manifestaram de maneira discursiva. Inúmeros pronunciamentos presidenciais colocaram em suspensão a potência da educação e da pesquisa brasileira.

Nesse contexto problemático, questionar os currículos como invenções tecidas *com* os cotidianos escolares e seus praticantes (CERTEAU, 2014) foi um exercício de resistência e defesa das escolas públicas. Desta forma, intenta-se: a) pensar na potência das pesquisas *com* os cotidianos como aposta metodológica e lócus do ato inventivo de curricular em meio a situações complexas de uma vida; e b) problematizar os processos constitutivos do *necrogoverno* em interface com o campo da educação.

Pesquisar com

Nas nossas pesquisas em educação, temos adotado a abordagem teórica, metodológica e política das pesquisas *com* os cotidianos em aliança

com a epistemologia pós-estruturalista, com ênfase na Filosofia da Diferença, predominantemente com base nos estudos de Deleuze e Guattari. Enfatizamos a compreensão dos ambientes escolares como “[...] contexto social no qual se produz o entrelaçamento das redes de *conhecimentossignificações* e sentidos tecidos *dentrofora* das escolas, com a finalidade de *aprendermossentirmos* e nos formarmos” (FERRAÇO; SOARES; ALVES, 2018, p. 90).

Nesta aposta teórico-metodológica, quando consideramos os currículos como nosso objeto de estudo, estamos assumindo que o processo de construção curricular não se resume às diretrizes e documentos normativos oriundos dos sistemas de políticas educacionais em nível macro.

Apostamos em currículos afetos às invenções que insurgem *com* os múltiplos fazeres-saberes cotidianos, currículos como uma poética vital, currículos que só fazem sentidos quando criados *com* os cotidianos escolares. De antemão, não pretendemos conceituar o que é currículo, pois atenderíamos a uma lógica cartesiana que entende currículo como documento estabelecedor de objetivos, de conteúdos, de métodos, de processos avaliativos e de resultados.

Em uma perspectiva política e contra essa lógica cartesiana-arborescente, empreendemos a busca por criar rupturas e conceber os processos *curriculantes* que fossem forjados junto aos cotidianos e usá-los nos movimentos de uma máquina de guerra nômade, por ela ser “[...] de uma outra espécie, de uma outra natureza, de uma outra origem que o aparelho de Estado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 13).

Diante das contingências de uma vida atravessada pela imprevisibilidade – pandemia de coronavírus e *necrogoverno* –, a prudência de construir um plano de imanência para a efetivação da pesquisa em educação foi urgente. Consideramos o cotidiano escolar como um plano de imanência, um espaço-tempo povoado e aberto ao acontecimento, assim

O plano não consiste evidentemente num programa, num projeto, num fim ou num meio; é um plano de imanência que constitui o solo absoluto da filosofia, sua Terra ou sua desterritorialização, sua fundação, sobre os quais ele cria conceitos. Ambos são necessários. Criar conceitos e instaurar o plano, como suas asas ou duas nadadeiras (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 52).

Nesse sentido, o cotidiano escolar, enquanto plano de imanência, insurgiu como um espaço-tempo entrelaçado a uma vida que experimentava um esgotamento vital, que experimentava o aprisionamento em decorrência da proliferação de um vírus e estava exaurida pelos discursos negacionistas.

Ao criar um programa formativo, surgiu a necessidade de experimentar um tempo *Aion* e cartografar um território. Essa processualidade foi instigada pelas seguintes questões: Como fazer pesquisa *com* os cotidianos se a realidade imposta era o fechamento das escolas? Pesquisar *com* os cotidianos seria possível via práticas virtuais?

Ao entender as escolas públicas como “[...] espaços tempos nos quais também são produzidas políticas educacionais” (FERRAÇO; ALVES, 2017, p. 129-130) e ao adotar o método cartográfico, inventamos e produzimos uma pesquisa por meio de formações *curriculantes*. A cartografia pressupõe

[...] acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção. De saída, a ideia de desenvolver o método cartográfico para utilização em pesquisas de campo no estudo da subjetividade se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim. A cartografia é sempre um método *ad hoc*. Todavia, sua construção caso a caso não impede que se procurem estabelecer algumas pistas que têm em vista descrever, discutir e, sobretudo coletivizar a experiência do cartógrafo (KASTRUP, 2015, p. 32).

Persistir na pesquisa *com* os cotidianos implicou assumir uma posição política que reafirmou o compromisso com a educação pública nacional e, ao mesmo tempo, reafirmar uma postura ética para resistir às tentativas de desmantelamento das políticas educacionais e à contínua prevalência de interesses particulares.

Assim, mergulhamos com todos os sentidos (ALVES, 2008, p. 17) nas redes cotidianas da educação do município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, dando destaque às experimentações menores (DELEUZE; GUATTARI, 2017) dos praticantes das escolas. Ressaltamos

Investimos no cotidiano porque é lá que está a essência de nossa metodologia de estudos. Uma centralidade pulverizada em artimanhas e táticas. Disseminada em movimentos caóticos, semeada em ações e relações factuais. Uma essência produzida pelos tempos subjetivos. Que pulsa com fios invisíveis nas redes efêmeras. Que corrói de modo sorrateiro. Que subverte localmente e produz novas formas de apropriação do tempo e do espaço (FERRAÇO, 2008, p. 111).

Ao mergulhar com todos os sentidos nos cotidianos escolares, pudemos também sentir o mundo (ALVES, 2008) e explorar as experimentações que compõem a Rede Municipal da Educação por meio de uma formação-*curriculante* que aconteceu de modo virtual, via plataforma Google Meet.

A proposta formativa foi organizada em quinze encontros virtuais com a participação de trinta e cinco profissionais da educação. Utilizamos o método de redes de conversações (CARVALHO, 2009) para desencadear diálogos, escritas, imagens e narrativas que pudessem expressar a potência dos currículos produzidos em rede.

Diante da narrativa “É impossível manter algumas práticas com a realidade batendo à nossa porta” (NÓS-EM-NÓS, 2021), nos comprometemos com o acontecimento e nos aventuramos a ser artesã-pesquisadora de palavras, imagens, sons, cores e currículos.

Em cada encontro virtual, uma temática relevante para o campo educacional era proposta como disparador para as *redes de conversações*. Durante o período da formação *curriculante*, os praticantes das escolas tiveram a oportunidade de pensar os currículos em interface às temáticas emergentes por meio de narrativas, imagens, textos literários, artigos científicos, podcasts, etc. Assim, temas como pandemia, gerenciamento governamental em tempos de crise, alfabetização, avaliação, educação inclusiva, relações étnico-raciais, relações de gênero e política foram exploradas.

No presente texto, apresentamos as problematizações sobre os processos constitutivos do *necrogoverno* em conexão com o campo da educação e dos estudos curriculares. Visto que vivenciamos uma mudança na ordem governamental no Brasil após um período fascista, consideramos essencial pensar sobre que vida desejamos.

Poetizar uma vida, não sucumbir ao fascismo

A pandemia do Covid-19 evidenciou o abismo social no Brasil e no mundo, mostrou-nos que o capitalismo é um sistema falido e que a humanidade está doente e não foi pelo vírus. A educação no município de Guarapari, assim como no restante do mundo, também passou a utilizar das tecnologias aplicadas no ensino remoto e depois de um ano cheio de dúvidas como foi o de 2020, iniciamos o ano de 2021 esperançosos, aguardando a vacinação em massa – que não aconteceu, e um pouco mais confiantes em relação ao uso das tecnologias (NÓS-EM-NÓS, 2021).

A pandemia de Covid-19 escancarou o modo de governança do ex-presidente do Brasil. Enquanto milhares de brasileiros iniciaram o ano de 2021 desejosos por uma outra perspectiva de vida, o governo brasileiro negligenciava o gerenciamento sanitário e colocava em risco a vida do povo. Como indicado na narrativa supracitada, o abismo social acentuado, também pela ausência da vacinação, refletia uma escolha que, para nós, é uma aposta política, ou seja, o *necrogoverno*.

Ao considerar esse ambiente tóxico que se enraizou no país, notadamente após o Golpe de 2016, que influenciou as eleições de 2018 e a legitimação de um governo com tendências fascistas, dialogamos com Rolnik (2018), Coletivo Centelha (2019) e Mbembe (2020) para não sucumbirmos novamente ao fascismo. Iniciamos nossa reflexão com base no pensamento do Coletivo Centelha (2019, p. 51)

[...] a tarefa fundamental no Brasil é a destruição da máquina necropolítica que pulsa no coração de seu Estado. Essa máquina permaneceu intocada por todos os governos que conhecemos até hoje porque essa é a essência do próprio Estado brasileiro. Para combatê-la, não basta cerrar fileiras com a lógica gestonária da política de direitos humanos, que será sempre uma política de redução de danos. É preciso fazer desabar todo o aparato disciplinar do Estado, suas noções de ‘segurança nacional’ e de ‘garantia da lei e da ordem’.

Nesse contexto, os autores apontam a necessidade de dismantelar toda a estrutura que determina quais corpos são destinados à morte. A partir dos estudos de Rolnik (2018), que explora a narrativa do Golpe, vamos pensar

em como o governo adota uma necropolítica (MBEMBE, 2020) e como o cotidiano escolar pode, ou não, desestabilizar e/ou reforçar essa ordem.

Para problematizar a necropolítica instituída no país por meio das decisões e ações presidenciais, fizemos o exercício do pensamento a partir do curta-metragem “Children”, que apresenta corpos iguais e numerados, zíperes nas bocas, um cenário opressivo e cinzento, uma abordagem educacional rígida, sem diálogo, acompanhada de um som fúnebre. Ao final, após uma cena de atropelamento, surge um riso.

Para problematizar a política de morte, recorreremos também à poesia de Carolina Maria de Jesus (2014, p. 63), quando ela expressa: “Mas é uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passa fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia: - Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome!”.

A partir desses dispositivos, questionamos: Que forma de necropolítica pode estar sendo produzida *com* os cotidianos escolares? As invenções *curriculantes* dos praticantes das escolas apresentam pistas de como o cotidiano escolar pode, ou não, contribuir para uma ordem política de morte.

Nara lembra que já fazem cinco anos que não tira férias. Tem emendado um trabalho no outro, não tira um tempo pra si, pois tem que cuidar dos filhos e da casa. Lembra que seu prazer sempre foi aprender, ler e aprender mais. Sobre bicho, comida, sobre gente, saúde... aprender coisas novas mesmo que não fosse dentro dos limites da sua sala de aula. Seus professores sempre foram ídolos... teve até aquele professor de português que foi um amor platônico... ah os amores! (NÓS-EM-NÓS, 2021).

Vemos que aos poucos a questão política emerge nesse estudo sobre currículos inventados *com* os cotidianos escolares. Nara é personagem de um conto, e sua vivência se entrelaça com a vida de muitas mulheres, professoras e servidoras públicas do Brasil. Nara aponta a ausência do ócio como um modo de necropolítica. Emendar um trabalho no outro, não ter tempo para si, principalmente para estudar, parece ser um estilo alienante de governo que faz uma aliança com o esgotamento vital.

Ao problematizar a escrita do conto “Oceano”, cuja personagem é Nara, outra narrativa apresenta problemática semelhante: “A necessidade de dar

conta de tudo envolve a vida de muitas mulheres. Durante todo período de pandemia, muita coisa aconteceu e as mães, que já desempenhavam vários papéis no lar, tiveram que virar multifacetadas” (NÓS-EM-NÓS, 2021).

No Brasil, a conjuntura necropolítica iniciou seu processo de legitimação a partir de 2012, com a condenação dos envolvidos no escândalo do mensalão. Rolnik (2018) realiza um profícuo estudo sobre a complexidade política que resulta no Golpe de 2016, ao qual ela se refere como o “seriado do golpe”. A partir dos estudos da autora, abordamos a ascensão de um governo autoritário, que temos chamado de necrogoverno.

Entendemos que um governo autoritário “[...] não é um acidente do capitalismo e não é a antítese da democracia burguesa. Ele é parte constitutiva desse modo de gestão das populações” (COLETIVO CENTELHA, 2019, p. 25). Como característica do autoritarismo governamental, temos a produção de um estado de insegurança, a competitividade, o conformismo, as violências, as desigualdades e o fascismo. Durante o período pandêmico, o modo de governo fascista se expressou de maneira acentuada.

O acúmulo de riqueza nas mãos de poucos e a escassez nas mãos de muitos tornou muito pior a passagem da pandemia em nossas vidas. Fome, miséria, má administração do dinheiro público, o não apoio à ciência e à pesquisa. Mortes. Muitas mortes. E tudo isso nos afetando diariamente sem pausas e em um isolamento que já dura quase dois anos (NÓS-EM-NÓS, 2021).

Contudo, queremos acreditar que “O fascismo foi a reação contra a força de uma revolução iminente no horizonte. Se ele voltou agora é porque o chão treme, é porque as fendas estão por toda parte. Ouçam como treme o chão, como há algo que quer atravessar o solo” (COLETIVO CENTELHA, 2019, p. 12). Passados quase oito meses de novo governo no Brasil, percebemos que, de fato, estava em iminência um ato revolucionário.

Simultaneamente às políticas fascistas, movimentos de resistência emergiram pelo solo nacional, fazendo tremer o chão. Desde 2015, quando ocorreram diversas ocupações no âmbito educacional, muitas manifestações se alastraram pelo país, anunciando o que é da ordem do intolerável. Movimentos de resistência surgiram para denunciar uma política de morte em

curso. Para Mbembe (2020, p. 71), “[...] o necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade”.

Imagem 2: “Traga a bandeira de luta, deixa a bandeira passar, essa é a nossa conduta, vamos unir para mudar” (Autor desconhecido)



Fonte: Arquivo da pesquisa.

O necropoder é entendido como uma linha político-governamental que determina quais corpos são autorizados a viver e quais corpos são condenados à morte. Se tratando de um período pandêmico, sabemos que os corpos habitantes das regiões mais periféricas do país foram os condenados à morte em um período em que as vacinas, já em uso mundial, eram objeto de discursos negacionistas.

A poesia de Jesus (2014, p. 102) reforça a força (in)consciente do necropoder, em sua característica de embaralhar as fronteiras, quando afirma: “Hoje em dia quem nasce e suporta a vida até a morte deve ser considerado herói”. Contudo, suportar significa ter que tolerar um pensamento e uma prática classista, racista, escravagista, misógina, machista, colonial, negacionista que, nos moldes maquínicos, capturam as forças vitais. Nessa perspectiva, concordamos com Mbembe (2020, p. 62) que herói são os corpos que, imersos em uma relação de poder, sobrevivem ao autoritarismo.

[...] o sobrevivente é aquele que, tendo percorrido o caminho de morte, sabendo dos extermínios e permanecendo entre os que caíram, ainda está vivo. Ou, mais precisamente, o sobrevivente é aquele que após lutar contra muitos inimigos, conseguiu não só escapar com vida, como também matar seus agressores. Por isso, em grande medida, o grau mais baixo da sobrevivência é matar.

Para a ascensão desse modo de governo, a configuração capitalístico-cafetinística (ROLNIK, 2018) se caracterizava por ser financeirizada, neoliberal e neoconservadora. A produção dessa nova configuração requereu “[...] destruir todas as conquistas democráticas e republicanas, dissolver seu imaginário e erradicar da cena seus protagonistas – entre os quais, prioritariamente, as esquerdas em todos os matizes” (ROLNIK, 2018, p. 148). Vejamos o que Rolnik (2018) chamou de seriado do golpe.

O início do Golpe de 2016 se deu em consonância com os movimentos políticos na América Latina. Incomodados com a liderança da esquerda e com a propagação dos movimentos sociais pela redemocratização, a direita empreendeu um movimento de ascensão com a contribuição do dispositivo midiático na produção de um regime de verdade que, por um lado, mostrava as investigações e condenações e, por outro, fragilizava a democracia.

Nesse sentido, a dimensão macropolítica do primeiro seriado do Golpe é marcado pela prisão e condenação dos políticos de base esquerda. A perspectiva micropolítica desse seriado tem como marco a destituição do imaginário democrático. Dessa maneira, entendemos com Deleuze e Guattari (2012a, p. 99) que “[...] tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica”.

A destituição do imaginário democrático por intermédio da mídia esbarra na problemática apontada pelo Coletivo Centelha (2020) quanto à inexistência do regime democrático. Para os autores, a Esquerda brasileira ao estabelecer uma política de acordos, pactos, conciliações e alianças com outras bases políticas, não implementa uma democracia. Contudo, sabemos e mais uma vez presenciamos a necessidade da configuração de uma política de acordos para a Esquerda poder governar.

A análise de Mbembe (2020) sobre as criações tecnológicas durante o período imperialista, onde o objetivo era estabelecer controle e enfraquecer as

autoridades locais, oferece uma perspectiva intrigante para questionar o papel das tecnologias de comunicação e da mídia predominantemente no Brasil, visto como agente ativo na produção de uma política de morte.

Em um governo pautado pelos ideais da necropolítica, a mídia e os dispositivos tecnológicos exercem a função de ditar quais corpos são dignos de viver e quais corpos estão condenados à morte. Segundo Mbembe (2020, p. 5) “Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”.

Se tratando de um estudo no campo da educação, entendemos que a morte possui duas conotações. A primeira refere-se à interrupção definitiva do organismo vital, como no caso das milhares de vidas ceifadas na pandemia. A segunda está relacionada a breçar, proibir ou rejeitar qualquer diferença. A experimentação inventiva *com* os cotidianos escolares é colocada em suspensão, o que nos leva a considerar que há uma produção micropolítica de morte no cenário educacional, envolvendo o disciplinamento, o controle e a vigilância dos corpos praticantes das escolas.

Ainda no primeiro capítulo do Golpe de 2016, vivenciamos alguns eventos que contribuíram consideravelmente para a fragilização da democracia. São eles: Mensalão, instalação pelo Congresso da Comissão Parlamentar Mista de inquérito (CPMI), manifestações populares contra os gastos da Copa do Mundo e das Olimpíadas, a retomada do sentimento de patriotismo, ocasionado pela proposital prisão de vinte condenados pelo Mensalão na data de 15 de novembro de 2013.

Outro episódio da política nacional que acarretou na retomada do sentimento de patriotismo no Brasil ocorreu em 2014, quando em decorrência da Operação Lava-Jato, investigados foram presos em 15 de novembro. Sobre as prisões no dia 15 de novembro, Rolnik (2018, p. 152) afirma

Diante disso, o que os brasileiros menos manipuláveis já sentem é que o que se comemora de fato no dia da Proclamação da República por dois anos consecutivos é o retorno triunfal do estilo República das Bananas, que, após breve intervalo com os governos do PT e os sonhos quiméricos de uma Nova República, retoma seu posto na crista da onda que sempre foi seu desde sua fundação.

Frente à implementação do neoliberalismo, cujo propósito é dismantelar as conquistas democráticas e republicanas para estabelecer um sistema político caracterizado por elementos de submissão, desigualdade, racismo, sexismo e colonialismo, emerge uma dinâmica onde uma ética vital se encontra em jogo. Nesse cenário, a educação pode, ou não, ser vista como uma engrenagem potencialmente integrada à produção de um contexto político de morte.

Dentro do contexto do segundo capítulo do Golpe de 2016, um aspecto proeminente em termos de macropolítica é a desestabilização da estrutura constitucional. Em um nível micropolítico, é notável a geração deliberada de um clima de terror (MBEMBE, 2020). As engrenagens macropolíticas construíram o imaginário da crise econômica com o objetivo de romper com o ideário progressista do governo de esquerda. Com essa produção proliferada via mídias, o sentimento de insegurança social e política se alastrou.

Para Rolnik (2018) a micropolítica produzida por meio dos desmontes constitucionais foram: os bloqueios de gastos públicos (2016); o desmonte das universidades públicas; a precarização do trabalho; a reforma da previdência; as privatizações e o processo de militarização das escolas. Podemos perceber que a educação é um dos alvos na produção macro e micropolítica do Golpe de 2016 e na produção de um regime autoritário que visava controlar os corpos e proibir a invenção da diferença.

No segundo seriado do golpe, uma das produções tecnológicas utilizadas para a produção do terror foram as fakes News.

Se divulgar falsas informações tampouco é novidade e faz parte da composição das narrativas ficcionais impostas às subjetividades, no capitalismo financeirizado tal dispositivo se aprimora exponencialmente no século XXI. Viabilizadas pelo desenvolvimento tecnológico de robôs que passam a agir na internet, a chamada fakenews não só viralizam, mas simulam sua legitimidade com infinitos likes instantaneamente produzidos por tais robôs, o que as faz parecer massivamente aceitas, intensificando e propagando sua ilusória credibilidade (ROLNIK, 2018, p. 161).

A construção discursiva das fake News também contribuiu para a proliferação da ideia de que a bandeira anticorrupção era uma luta contra os governos progressistas. Deste modo, associado ao sentimento patriota, a narrativa de “caça aos corruptos” elabora e legitima um imaginário social de que só há justiça social e governo democrático com o monopólio da direita-militarista. Mediante os estudos de Mbembe (2020, p. 48), entendemos

[...] a ocupação colonial contemporânea é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O ‘estado de sítio’ em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. A vida cotidiana é militarizada. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e quem atirar.

No que diz respeito ao militarismo, o modo de governo implementado de 2018 a 2022 foi crucial para a efetivação de práticas necropolíticas. No setor social, tivemos a autorização para exterminar corpos políticos, a exemplo da vereadora do Estado do Rio de Janeiro, Marielle Franco. No setor educacional, o militarismo adentrou por meio da do fortalecimento das escolas militares. O ideário da escola militar pautava-se na promoção de um ambiente disciplinador e de valores mais rigorosos, contudo, sabemos que o militarismo tem um corpo-alvo, o corpo negro. Nesse aspecto

[...] racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar’. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado (MBEMBE, 2020, p. 18).

Considerando o exposto, podemos afirmar que a necropolítica atinge majoritariamente as vidas negras por meio de práticas racistas que anulam e exterminam o corpo preto. Em meio a este modo cafetinístico-capitalístico-militar de controle da vida, o levante negro como força da diferença eclodiu em diversos espaços sociais. Em tese, afirmamos: vidas negras importam e tudo o que *nóis* tem é *nóis*.

Imagem 3: Tudo o que *nóis* tem é *nóis*. Vidas negras importam!



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Se a expropriação da vida foi acirrada por inúmeros episódios racistas e discursos que ditavam que, em se tratando de Brasil, os corpos pretos são sempre alvo das milícias, a resistência da juventude preta ecoou como um direito à respiração (MBEMBE, 2020). Nisso, consideramos que o movimento popular, sindical, feminista, de artistas, de pesquisadores, de professores, entre outros, representaram e ainda representam o maior perigo para um governo que se deseja fascista. Combater a diferença e sua multiplicidade é, portanto, o propósito desse modo de governo.

A lógica fascista deseja aniquilar a diferença e o faz por meio da invisibilização dos corpos. Percebemos esse aniquilamento no último governo por meio de falas públicas de teor moralista, igrejistista, familista e conservadora. Assim sendo, o poder dominante da máquina neoliberal e do fascismo deseja combater sempre os corpos insurgentes por meio da cultura, da arte e da educação.

Na cultura, na arte e na educação, os corpos insurgentes foram – e ainda são – colocados em suspensão por meio de práticas e discursos que

desqualificam as relações de gênero, as sexualidades, a cultura afro-brasileira, as religiões de matriz africana, o povo negro e indígenas. Concernente ao exposto, o Coletivo Centelha (2019, p. 59) afirmam

Se todo fascismo fala tanto sobre sexo, sobre corpos em contato, sobre quem e o que pode ser visível, sobre nossas crianças ameaçadas, sobre a maneira singular com que cada um se desenha e se decompõe, se já os nazistas alemães gritavam contra o ‘bolchevismo sexual’ e falavam de deus a cada parágrafo no qual corria o sangue da violência estatal, isto não é uma manobra diversionista. É operação essencial.

A operacionalização do fascismo no setor da Saúde é manifestada, segundo Rolnik (2018), através do movimento de “cura gay”, orientado por um projeto de lei que considerava a homossexualidade como doença. Na Educação, percebemos a captura das forças vitais por meio da demonização das temáticas de gênero, sexualidade e cultura africana na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os dispositivos tecnológicos, como produtores do clima de terror, veicularam notícias falsas dizendo que havia nas escolas materiais de cunho sexual e deturbaram o que é a ideologia de gênero. Vale lembrar que essas notícias inverídicas foram produzidas em discursos neoconservadores do ex-presidente da República, que foi contrário ao programa “Escola sem Homofobia”, chamado por ele de “kit gay”.

Consideramos que o fascismo ataca o corpo, age na ordem do desejo e mina o que é força vital na produção de um estado de esgotamento. Para Rolnik (2018), o grande triunfo da política bolsonarista e o que contribuiu para a ascensão do seu necrogoverno foi o cancelamento do programa “Escola sem Homofobia”. Tal cancelamento revela também o perfil da sociedade e de uma parcela dos educadores do país, que se desejam conservadores e moralistas.

Outras ações autoritárias no âmbito da Educação foram o movimento “Escola sem Partido”, cuja finalidade era despolitizar a educação. Criada pelo advogado Miguel Nagib e divulgado massivamente por Magno Malta, esse movimento censurou a atividade docente por meio do controle ideológico, supervisionou materiais didáticos, reverberou em cortes de verbas e ainda motivou a filmagem das aulas como meio de vigiar a atividade docente.

Diante do exposto, nosso interesse e aposta ético-estético-político-pedagógico se ancoram nas relações criadas *com* os cotidianos escolares na tessitura de um outro modo de vida. Se o necropoder define quais corpos importam, ou não, a educação como um sistema social deve promover espaços-tempos para que *uma vida* (DELEUZE, 2002) tenha o direito universal à respiração. Assim, inquieta-nos, o que podem os currículos? De antemão

[...] sabemos que, independente de haver ou não uma proposta comum de ação, as redes continuam a ser tecidas pelos sujeitos das escolas, o que nos leva a pensar que o que importa nesses processos instituintes não é a existência ou não de um projeto prescritivo, mas o sentimento comum de que trabalhamos e atuamos sempre em redes e de que qualquer tentativa de se constituir como protagonista individual e autocentrado na produção do currículo não nos leva muito longe na educação. A força sempre estará no coletivo e nas redes tecidas nos cotidianos das escolas (FERRAÇO, 2016, p. 242).

Assim, nos cotidianos escolares, os processos molares e moleculares constituem uma política emboladeira, ou seja, as dimensões macro e micropolíticas se entrecruzam, ora arregimentando as forças vitais, ora inventando outras políticas de vida.

Toda sociedade, mas também todo indivíduo, são, pois, atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: um molar e outra molecular. Se eles se distinguem, é porque não têm os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. Mas, se são inseparáveis, é porque coexistem, passam uma para a outra, segundo diferentes figuras como nos primitivos ou em nós – mas sempre uma pressupondo a outra (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 99).

Desse modo, o conceito menor (DELEUZE; GUATTARI, 2017) inspirou, e ainda inspira pensar sobre currículos inventados *com* os cotidianos, em resposta a uma realidade brasileira que retomava e reforçava políticas colonizadoras, conservadoras e neoliberais, expropriavam a vida da sua potência criadora.

Por fim, ao nos aliarmos às práticas-políticas inventadas *com* os cotidianos escolares, entendemos que “Abrir-se para as relações do cotidiano

da escola, mergulhar nesses acontecimentos, agindo nesse cotidiano como vetor da transformação é a possibilidade de resistir à exclusão e investir na construção da cidadania” (GALLO, 2007, p. 38).

Suspeitamos que, para não sucumbir novamente ao fascismo, será necessário estarmos à espreita dos acontecimentos cotidianos, dispostos a tecer uma vida coletiva e praticar certa dose de desobediência para afirmar a diferença. E mais, questionar todos os dispositivos, sejam eles tecnológicos ou não, que ousarem a determinar certos regimes de verdade sobre a educação, tentarem controlar e vigiar os corpos e aniquilarem os modos artístico-vitais

Referências

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho: os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês B. de (org.). *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes*. Petrópolis: DP et Alii, 2008.

CARVALHO, Janete Magalhães. *O cotidiano escolar como comunidade de afetos*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: CNPq, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COLETIVO CENTELHA. *Ruptura*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

DELEUZE, Gilles. A imanência: uma vida... *Revista Educação&Realidade*: Faculdade de Educação da UFRGS, Porto Alegre, v. 27, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/31079/19291>> Acesso em: 23 jan. 2020.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012a. v. 3.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012b. v. 5

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FERRAÇÃO, Carlos Eduardo. ... E pesquisa com os cotidianos ou sobre

imagens narrativas. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo (org.). *Currículos em redes*. Curitiba: CRV, 2016.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Ensaio de uma metodologia efêmera ou sobre as várias maneiras de se sentir e inventar o cotidiano escolar. In: ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de (org.). *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas sobre redes de saberes*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; ALVES, Nilda. Pesquisa com os cotidianos em redes de conhecimentos. In: AMADO, João; CRUSOÉ, Nilma M. de Castro. *Referenciais teóricos e metodológicos de investigação em Educação e Ciências Sociais*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2017.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; SOARES, Maria da Conceição Silva; ALVES, Nilda. *Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

GALLO, Sílvio. Acontecimento e resistência: educação menor no cotidiano da escola. In: CAMARGO, Ana Maria F. de; MARIGUELA, Márcio (org.). *Cotidiano escolar: emergência e invenção*. Piracicaba: Jacintha Editores, 2007.

JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2020

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

MBEMBE, Achille. *O direito universal à respiração*, 2020. Disponível em <https://pospsi.com.br/wp-content/uploads/2020/09/TEXTOS_20-achille-mbembe.pdf> Acesso em: 12 mar. 2021.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo. N-1 Edições, 2018.

Recebido em: 30/10/2023.

Aceito em: 18/12/2023.

Marina de Oliveira Delmondes

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora da Secretaria Municipal da Educação de Guarapari-ES. Áreas de interesse:

currículos, pesquisa com os cotidianos e filosofia da diferença.

 marinaodelmondes@hotmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/1735110925312327>

 <http://orcid.org/0000-0001-8995-4932>

Carlos Eduardo Ferração

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo.

Professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

Áreas de interesse: currículos, pesquisa com os cotidianos e filosofia da diferença.

 ferraco@uol.com.br

 <http://lattes.cnpq.br/4231564319302829>

 <http://orcid.org/0000-0002-4019-591X>